



**ESTADO DO PIAUÍ**  
**Assembleia Legislativa**

www.protocolo.pi.gov.br  
AP.010.1.008632/16  
Senha: 2B136C5

AL-P-(SGM) Nº 370

Teresina (PI), 12 de agosto de 2016.

Senhor Governador,

Tenho a satisfação de dirigir-me a Vossa Excelência para encaminhar-lhe, devidamente aprovado pelo Poder Legislativo, o anexo **Projeto de Lei** de autoria do **Deputado Dr. Pessoa** que:

**“Dispõe sobre a obrigatoriedade de oferecimento opcional do ensino de Direito e Cidadania nas escolas públicas estaduais e privadas do Estado do Piauí”.**

Aproveito o ensejo para reiterar a Vossa Excelência protestos de especial consideração e elevado apreço.

Dep.  **THEMISTOCLES FILHO**  
Presidente

Excelentíssimo Senhor  
**JOSÉ WELLINGTON BARROSO DE ARAÚJO DIAS**  
Digníssimo Governador do Estado do Piauí  
Palácio de Karnak  
**NESTA CAPITAL**

APOIO DO GAB. DO GOVERNADOR  
RECEBI em, 08/11/16  
Katane  
Responsável



**ESTADO DO PIAUÍ**  
**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA**

1

LEI Nº

DE DE

DE 2016

*Dispõe sobre a obrigatoriedade de oferecimento opcional do ensino de Direito e Cidadania nas escolas públicas estaduais e privadas do estado do Piauí.*

**O GOVERNADOR DO ESTADO DO PIAUÍ**, Faço saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º As escolas privadas e públicas integrantes do Sistema Estadual de Educação do Estado do Piauí deverão dispor aos alunos do ensino médio a disciplina facultativa “Direito e Cidadania”.

Art. 2º A disciplina “Direito e Cidadania” será ministrada por bacharéis em Direito e deverá ser oferecida durante um ano eletivo do ensino médio, a critério da Direção da Unidade de Ensino, observando-se a carga horária mínima semanal.

Art. 3º O conteúdo da disciplina “Direito e Cidadania” poderá ser adaptado às necessidades locais e regionais, bem como conjunturais, devendo abordar obrigatoriamente noções elementares dos seguintes temas:

- I - Constituição Federal;
- II - os três Poderes e suas funções;
- III - a descentralização político-administrativa e os entes federativos;
- IV - o exercício do poder político pelo povo;
- V - as instituições jurídicas e auxiliares, suas divisões e funções: Poder Judiciário, Ministério Público, Advocacia e Polícia;
- VI - Direitos e deveres fundamentais;
- VII - Direito Civil: Obrigações, Direitos Reais, Família, Sucessões e Vizinhança;
- VIII - Direito Penal. Parte Geral do Código Penal. Delitos mais comuns;
- IX - Direito do Consumidor;
- X - Direito do Trabalho e Previdenciário;
- XI - Direito do Estado do Piauí;
- XII - Direito local.

Art. 4º As eventuais despesas decorrentes do implemento desta Lei correrão à conta de dotações consignadas no orçamento vigente e suplementadas se necessário.

*ABMante*

*hhr*



**ESTADO DO PIAUÍ**  
**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA.**

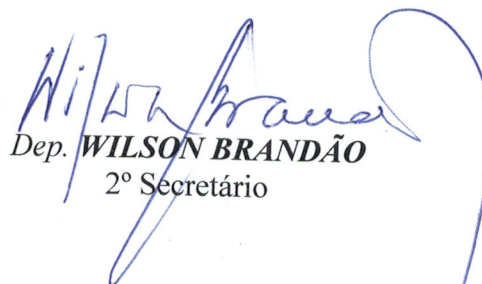
2

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**PALÁCIO PETRÔNIO PORTELA**, em Teresina (PI), 12 de julho de 2016.

  
Dep. **THEMÍSTOCLES FILHO**  
Presidente

  
Dep. **FERNANDO MONTEIRO**  
1º Secretário

  
Dep. **WILSON BRANDÃO**  
2º Secretário

